

PARECER Nº 004 14

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

À Proposta de Emenda à LOM nº 0001/2017

Autor: Sra. Prefeita Municipal, ALMIRA RIBAS GARMS

Altera o art. 2º das Disposições Gerais Transitórias da Lei Municipal nº 1.616/1990, Lei Orgânica do Município e suas alterações, que estabelece os prazos de encaminhamento dos projetos de lei do plano plurianual (PPA), da lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e da lei orçamentária anual (LOA).

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, reuniu seus membros nesta data para conhecer dos argumentos do Vereador Relator com relação ao Projeto de Lei em epígrafe.

Acatando o posicionamento do Relator e, não havendo óbice insanável no âmbito da sua competência, a CCJR faz do competente Relatório o seu Parecer, manifestando-se **FAVORAVELMENTE** em face da Proposta de Emenda à LOM nº 0001/2017, porém, apresentando **Emenda Modificativa**, de acordo com os motivos expostos pelo Relator, reservando ao Plenário a decisão final.

Palácio Legislativo Água Grande, 9 de maio de 2017.

MÁRIO CESAR CARMS THIMÓTEO

Presidente da Comissão

JOSÉ ROBERGO BAPTISTA JUNIOR

Vice-Presidente

CÍCERO RIBEIRO DA SILVA

Secretário e Relator

CM Paraguatu Paulista

Plenário "Vereador Oscar Porfírio Neto"

Rua Guerino Matheus, 205 – Fone/Fax (18) 3361-1047 – CEP 19700-000 – Paraguaçu Paulista (SP)

CNPJ 51.500.619/0001-04 – Website: www.camaraparaguacu.sp.gov.br



<u>RELATÓRIO</u>

À Proposta de Emenda à LOM nº 0001/2017

Autor: Sra. Prefeita Municipal, ALMIRA RIBAS GARMS

Altera o art. 2º das Disposições Gerais Lei Municipal Transitórias da 1.616/1990, Lei Orgânica do Município e suas alterações, que estabelece os encaminhamento projetos de lei do plano plurianual (PPA), da lei de diretrizes orcamentárias (LDO) e. da lei orcamentária anual (LOA).

<u>RELATÓRIO</u>

A Proposta de Emenda à LOM encaminhada à este relator, para análise e parecer, visa alterar o art. 2º das Disposições Gerais Transitórias da Lei Municipal nº 1.616/1990 - Lei Orgânica do Município, que estabelece os prazos de encaminhamento dos projetos de Lei do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Conforme demonstrado por meio do parecer da Procuradoria Jurídica da Casa, a inciativa do projeto em tela está de acordo com o previsto nos arts. 52, inciso III e 55, § 3º, incisos IV e V da Lei Orgânica do Município, c/c art. 197, inciso I do Regimento Interno e art. 30, inciso I da Constituição Federal.

Destaco porém, que no art. 1º da presente propositura consta o inciso II, e as alíneas "a" e "b" que se mostram em desacordo com a Constituição Federal, especificamente em seu artigo 165, § 2º, o qual prevê que a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO deverá servir de parâmetro, de guia para a elaboração da Lei Orçamentário anual – LOA.

Assim, em sendo a Lei de Diretrizes Orçamentárias o instrumento básico para a elaboração da Lei Orçamentária Anual, que deverá contemplar os programas e ações priorizados pela LDO, não é possível a elaboração da LOA antes da aprovação da LDO.

Razão pela qual apresentamos Emenda Modificativa, conforme sugerido no Parecer do Procurador Jurídico da Casa.



VOTO DO RELATOR

Analisados todos os aspectos que me competem, manifesto meu VOTO FAVORÁVEL, de forma a dar continuidade ao trâmite regimental desta Proposta de Emenda à LOM, recomendando à esta Comissão a mesma postura, desde que apresentada as Emendas sugeridas anteriormente, pelos motivos acima expostos.

Palácio Legislativo Água/Grande, 9 de maio de 2017.

CÍCERO RIBEIRO DA SILVA Relator